

Governo exclui US\$ 4 bi dos pagamentos de 87

BRASÍLIA — A nova versão do balanço de pagamentos brasileiro montada pelo Banco Central exclui definitivamente a possibilidade de que o país arque por conta própria, neste ano, com o pagamento da parcela de juros afetada pela declaração de moratória no último dia 20 de fevereiro, no valor de US\$ 4,34 bilhões.

De acordo com essa nova versão, o balanço de pagamentos do Brasil neste ano só fechará em equilíbrio se for mantida a suspensão das despesas com os juros devidos aos bancos privados internacionais. Ou concedidos ao país novos financiamentos em valor equivalente aos pagamentos suspensos, pelo sistema financeiro internacional.

Para alcançar o equilíbrio do balanço, o Governo brasileiro está contando também com o ingresso de financiamentos de organismos oficiais e de créditos de fornecedores no exterior no valor de US\$ 4,469 bilhões. Somente o Banco Mundial contribuiria com mais da metade, da qual pelo menos US\$ 1,5 bilhão já estão contratados e com desembolso previsto para o decorrer deste ano. O restante da contribuição do Bird depende ainda de acertos finais na negociação de novos contratos, como o que be-

neficia o setor elétrico brasileiro.

Do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o Governo espera receber até dezembro US\$ 531 milhões, embora só estejam contratados, até agora, cerca de US\$ 185 milhões. As agências governamentais de financiamento, como o Eximbank americano e outras instituições ligadas aos governos da Alemanha, França e Japão, devem garantir o ingresso, espera o Governo, de outros US\$ 1,192 bilhão.

Os créditos diretos de fornecedores para as importações brasileiras ou que passam por financiamentos de bancos privados correspondem à expectativa de mais US\$ 646 milhões. Finalmente, os financiamentos de US\$ 100 milhões da IFC (organização ligada ao Banco Mundial) totalizam os ingressos de US\$ 4,469 bilhões esperados de organismos oficiais e de fornecedores.

O Governo brasileiro espera que o País receba, neste ano, investimentos estrangeiros líquidos de US\$ 350 milhões, em comparação ao saldo negativo de US\$ 100 milhões ocorrido no ano passado. Essa conta registra a diferença entre os investimentos estrangeiros que ingressam no país e os investimentos realizados por em-

presas brasileiras no exterior. No caso deste ano, a previsão é de que ingressem investimentos de US\$ 450 milhões e saiam outros US\$ 100 milhões, resultando no saldo positivo de US\$ 350 milhões.

O comportamento da conta "outros serviços" do balanço de pagamentos, entretanto, não deverá ser muito melhor do que o do ano passado, quando foi registrado um déficit de US\$ 3,2 bilhões. Neste ano, a previsão é de que o déficit emagreça ligeiramente, fixando-se em US\$ 3 bilhões.

A maior contribuição a esse déficit parte do item de remessa de lucros e dividendos por parte de empresas estrangeiras instaladas no País, que devem remeter, neste ano, US\$ 1,250 bilhão ao exterior. Compõem ainda a conta "outros serviços", as despesas com viagens internacionais, despesas governamentais no exterior, transportes, seguros e outros.

A receita de juros com a aplicação das reservas brasileiras no exterior e mais outros haveres do país deve totalizar, este ano, US\$ 600 milhões. Técnicos do Banco Central admitem que a previsão pode ser conservadora, já que não é remota a possibilidade de receitas superiores.

Radiofoto da AFP



O Presidente do BID, Antonio Ortiz Mena, fala no final da reunião